



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PETIÇÃO Nº 14442 - SP (2021/0226319-0)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
REQUERENTE : JOAO PAULO PESSOA CARDOSO
ADVOGADOS : ANDRÉ LUIZ PIPINO - SP123664
LUIS FÁBIO ROSSI PIPINO - SP287133
JOSUE JUSTINO DO RIO - SP327363
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por JOAO PAULO PESSOA CARDOSO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2068811-46.2021.8.26.0000).

O recorrente foi denunciado pela suposta prática do delito de tráfico de drogas (art. 33 da Lei n. 11.343/2006). O Tribunal de origem, por sua vez, denegou a ordem no *habeas corpus* impetrado com o objetivo de trancar a ação penal, em razão da alegada ilicitude da apreensão de drogas resultante de busca domiciliar realizada sem mandado judicial.

Nesta via, a defesa sustenta que o requerente está sofrendo constrangimento ilegal, consistente no recebimento de denúncia ofertada com base em prova ilícita, já que a apreensão de drogas ocorreu em evidente contrariedade ao princípio da inviolabilidade de domicílio.

Requer, liminarmente, a suspensão do andamento da ação penal até o julgamento final do recurso ordinário em *habeas corpus*.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, uma vez que o acórdão recorrido assim consignou (fl. 42):

No mais, registro que o artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal, garante que “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”. No entanto, ao guardar entorpecentes no lugar onde mora, CARDOSO cometeu crime permanente, tendo o estado de flagrância se protraído no tempo, de sorte que foi, sim, obedecida a regra prevista na Constituição. Então, os elementos probatórios produzidos a partir da inspeção realizada na casa de CARDOSO são revestidos de legalidade, independentemente de ter ele autorizado, ou não, o ingresso dos guardas na residência.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência